

CLIPPING IMPRESSO

20/07/2022



INDICE

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	3
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4 - 6

SOLENIDADE

Criação da primeira central de regulação de vagas prisionais do Brasil: OAB/MA presente no ato de assinatura de termo de cooperação técnica entre o TJMA e o CNJ

O presidente da OAB Maranhão, Kaio Saraiva, participou da Solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Poder Executivo do Maranhão e a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), que propicia a criação da primeira Central de Regulação de Vagas Prisionais do Brasil. O evento aconteceu na manhã desta segunda-feira, 18/07, na sede do Tribunal.

Para o presidente da OAB/MA, Kaio Saraiva, a criação da Central de Regulação de Vagas Prisionais “contribuiu para que as pessoas que passam pelo sistema prisional tenham melhores condições de retornarem ao convívio social sem apelo à criminalidade”, explicou.

A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

Assim, a Central de Regulação de Vagas tem o



principal objetivo de enfrentar a problemática da superlotação do sistema carcerário e buscar a superação do estado de coisas inconstitucional, pelo qual o Brasil foi denunciado na Corte Internacional de Direitos Humanos.

Ao longo da Solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, destacou o trabalho em conjunto das diferentes

instituições e o papel do Poder Judiciário e de seus magistrados e magistradas, que também possuem responsabilidade com o aprimoramento do sistema e com a entrega da jurisdição adequada em tempo razoável.

“Precisamos dedicar esforços para a construção de uma sociedade melhor para todos. E esta ação representa um exemplo para o país, de avanço na busca pela maturi-

dade institucional”, pontuou Velten.

O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luis Geraldo Sant’ana Lanfred, apontou o vanguardismo do Maranhão na gestão do sistema prisional, já tendo percorrido um caminho a partir de estruturas, conceitos e integração entre os diversos atores do sistema de Justiça que atuam junto ao sistema penitenciário.

Implementação da Lei da Escuta Protegida é tema de reunião



Para tratar da implementação da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/17), o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), Gleudson Malheiros, se reuniu com o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, na manhã desta terça-feira, 19. Realizado na Procuradoria-Geral de Justiça, o encontro contou com a participação de Ofélia Silva (chefe do escritório de São Luís do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef).

O objetivo é traçar estratégias em todo o Maranhão para que os órgãos e instituições que participem do procedimento da escuta protegida estejam integrados e protejam os dados das crianças e adolescentes atendidos. Uma das finalidades é evitar o processo de revitimização, quando a criança vítima ou testemunha é obrigada a repetir a história da violência em diferentes etapas do processo.

“Nós estamos aqui para ajudar neste importante momento da implementação da Lei da Escuta Protegida. Vamos articular o

contato com todas as instituições envolvidas para assegurar a integração necessária e pretendida”, disse Eduardo Nicolau. Além do Ministério Público, devem integrar o processo de implementação a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Segurança Pública e os órgãos da Rede de Proteção.

O promotor de justiça Gleudson Malheiros enfatizou que a busca pela integração de todos os órgãos responsáveis é uma ação inédita e tem o objetivo de realizar, em municípios pilotos, o mapeamento, o diagnóstico e a implementação de fluxos para o atendimento das crianças. “Pela primeira vez no Maranhão estamos desenvolvendo uma parceria para envolver todos os atores que vão nos ajudar a montar essa estratégia”, declarou.

Do Ministério Público do Maranhão também participaram os promotores de justiça José Márcio Maia Alves (diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais) e Ednarg Marques (chefe da Assessoria Técnica).

MUNICÍPIOS

De acordo com Ofélia Silva, já existe a articulação de projeto piloto para a implementação da referida lei em 14 municípios maranhenses. “Nós precisamos assegurar esta parceria, a integração e o compartilhamento das informações para fortalecer as políticas públicas em relação às crianças e adolescentes”, declarou a representante da Unicef.

Judiciário inicia Grupo de Trabalho de apadrinhamento em Comarcas

O Poder Judiciário maranhense, iniciou nessa sexta-feira (15/07), de forma online, as atividades do Grupo de Trabalho (GT) sobre a implantação do programa de apadrinhamento nas Comarcas de Açailândia, Balsas, Imperatriz, Timon e Tutóia. A iniciativa é coordenada pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ).

Na ocasião, esteve presente o presidente da CIJ, desembargador Vicente de Castro, que reiterou aos demais participantes a importância do programa de apadrinhamento para a garantia de direitos de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento com poucas chances de retorno à família biológica e de adoção.

A analista judiciária e psicóloga Ana Carolina Monteiro, mediadora e responsável técnica pelo GT, propôs um Plano de Ação, pelo qual os participantes realizarão, através de um processo participativo e colaborativo de Grupo de Trabalho, o reordenamento e a parametrização de fluxos referente ao apadrinhamento de crianças e adolescentes nas suas respectivas Comarcas.

Como consequência do projeto, aguarda-se o fortalecimento da autonomia e dos vínculos comunitários, a preparação gradativa para o desligamento do acolhimento institucional de adolescentes participantes de serviços ou programas de apadrinhamento, e a participação

ativa da sociedade na efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

APADRINHAMENTO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição, para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento, nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

O apadrinhamento constitui-se como estratégia à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária daqueles e daquelas que se encontram em medida protetiva em serviços de acolhimento.

CIJ

A Coordenadoria da Infância e Juventude é um órgão de assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão nos assuntos atinentes à área infanto-juvenil. Foi criada a partir da Resolução nº 94/2009 CNJ e da Resolução nº 05/2010 TJMA, com as atribuições de contribuir com o aprimoramento da estrutura do Judiciário, dando suporte aos magistrados, aos servidores e às equipes multiprofissionais, visando a melhoria da prestação jurisdicional por meio da articulação interna e externa da Justiça com outros órgãos governamentais e não-governamentais.

Implementação da Lei da Escuta Protegida é tema de reunião

Para tratar da implementação da Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/17), o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), Gleudson Malheiros, se reuniu com o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, na manhã desta terça-feira, 19. Realizado na Procuradoria-Geral de Justiça, o encontro contou com a participação de Ofélia Silva (chefe do escritório de São Luís do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef).

O objetivo é traçar estratégias em todo o Maranhão para que os órgãos e instituições que participem do procedimento da escuta protegida estejam integrados e protejam os dados das crianças e adolescentes atendidos. Uma das finalidades é evitar o processo de revitimização, quando a criança vítima ou testemunha é obrigada a repetir a história da violência em diferentes etapas do processo.

“Nós estamos aqui para ajudar neste importante momento da implementação da Lei da Escuta Protegida. Vamos articular o contato com todas as instituições envolvidas para assegurar a integração necessária e pretendida”, disse Eduardo Nicolau.

Além do Ministério Público, devem integrar o processo de implementação a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Segurança Pública e os órgãos da Rede de Proteção.

O promotor de justiça Gleudson Malheiros enfatizou que a busca pela integração de todos os órgãos responsáveis é uma ação inédita e tem o objetivo de realizar, em municípios pilotos, o mapeamento, o diagnóstico e a implementação de fluxos para o atendimento das crianças. “Pela primeira vez no Maranhão estamos desenvolvendo uma parceria para envolver todos os atores que vão nos ajudar a montar essa estra-

tégia”, declarou.

Do Ministério Público do Maranhão também participaram os promotores de justiça José Márcio Maia Alves (diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais) e Ednarg Marques (chefe da Assessoria Técnica).

MUNICÍPIOS

De acordo com Ofélia Silva, já existe a articulação de projeto piloto para a implementação da referida lei em 14 municípios maranhenses. “Nós precisamos assegurar esta parceria, a integração e o compartilhamento das informações para fortalecer as políticas públicas em relação às crianças e adolescentes”, declarou a re-

presentante da Unicef.

Igualmente estiveram presentes a consultora do Unicef, Gorete Vasconcelos; a secretária municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda de São José de Ribamar, Andreia Lauande; e a representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedhipop) Patrícia de Melo.

Uma nova reunião deve ser realizada na próxima semana com todos os órgãos e instituições para tratar do assunto.

PALESTRA

Na segunda-feira, 18, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), sob a coordena-

ção de Gleudson Malheiros, promoveu, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, o debate “Diálogo sobre a Lei de Escuta Protegida: escuta especializada e depoimento especial”, direcionada especialmente para promotores de justiça que atuam na área da Infância e Juventude, com objetivo de discutir a Lei da Escuta Protegida (Lei 13.431/17).

Foram palestrantes da atividade os consultores do Unicef Benedito dos Santos e Gorete Vasconcelos, que abordaram as últimas normativas, experiências pioneiras, metodologias inovadoras, boas práticas e desafios que envolvem o tema. **(COM-
MPMA)**



Treinamento foi direcionado a promotores de justiça



Objetivo é assegurar a integração de todos os órgãos estratégicos